



# **AS PRÁTICAS CORPORAIS ENQUANTO POLÍTICA CULTURAL NO TERRITÓRIO 18<sup>1</sup>**

*CORPORATE PRACTICES AS A CULTURAL POLICY IN THE  
TERRITORY 18*

*PRÁCTICAS CORPORALES COMO POLÍTICA CULTURAL EN  
EL TERRITORIO 18*

Neuber Leite Costa<sup>2</sup>

Andressa Ellen Oliveira Evangelista<sup>3</sup>

*PALAVRAS-CHAVE: Práticas Corporais; Política Cultural; Território.*

## **1 INTRODUÇÃO**

A pesquisa intitulada *As Práticas Corporais Enquanto Política Cultural no Território 18* foi desenvolvida pelo Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com o apoio do programa de Iniciação Científica. O trabalho propõe o estudo das práticas corporais na perspectiva do desenvolvimento das políticas culturais em algumas cidades do Território 18 - Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte.

Este trabalho é parte da pesquisa, desenvolvida por integrantes do Grupo de Estudos em Educação Física, Esporte e Lazer (GEPEFEL), intitulada *Políticas Culturais no Território 18: nexos entre o esporte e lazer*. Nosso problema foi: quais as políticas culturais voltadas para a cultura corporal, desenvolvidas no território 18 - Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte que estão acessíveis na rede de internet? Nossa intervenção teve como objetivo analisar as políticas culturais que vem sendo desenvolvidas nestas localidades, voltadas às práticas corporais e que estão democratizadas em sites oficiais da rede municipal.

## **2 METODOLOGIA**

O trabalho se esforça para estabelecer uma aproximação com o pensamento dialético. Nossa opção parte do entendimento que as políticas culturais emergem através de políticas públicas a partir de demandas sociais. Estas se situam em uma determinada sociedade.

1 O presente trabalho contou com apoio financeiro da FAPESB para sua realização.

2 Universidade do Estado da Bahia (UNEB), costaneuber@gmail.com

3 Universidade do Estado da Bahia (UNEB), andres.saellem@hotmail.com

Mapeamos e analisamos as políticas culturais do Território 18, destacando aquelas que incluíam em suas estratégias e opções políticas as práticas corporais em suas ações. Finalmente desenvolvemos a pesquisa levantando dados nas páginas da internet das prefeituras e redes sociais e estabelecemos contato com estas na tentativa de levantar documentos oficiais de sete municípios da região estudada: Inhambupe, Sátiro Dias, Olindina, Itapicuru, Crisópolis, Jandaíra e Rio Real.

### **3 DESCRIÇÕES, RESULTADOS, INTERPRETAÇÕES**

No período da pesquisa em Inhambupe existia uma secretaria de cultura atrelada a Secretaria de Educação. Levantamos que foram realizados festival de dança e seminário de capoeira, todavia organizado pela Secretaria de Esporte Lazer e Turismo.

A cidade de Sátiro Dias dispõe de um Departamento de Cultura onde foi possível notar a realização de eventos artísticos, festivais, exibição de filmes e fotos e capoeira. O cenário cultural da cidade já esteve mais ativo. No ano de 2013, o departamento de cultura implementou o projeto da *Praça Cultural*, estimulando a realização de quadrilhas, brincadeiras típicas, como, pau de sebo e quebra pote.

O município de Olindina possui uma Secretaria de Cultura e Esporte de organização governamental, mas assim como as outras cidades a política cultural não estimulava a prática da cultura corporal. No site oficial da prefeitura identificamos realização de eventos, passeios ciclísticos, ações para incentivo da leitura, capoeira e tradições, como São João.

A cidade de Itapicuru não foi encontrada na rede disponibilização de qualquer informação na área cultural. Crisópolis possui uma Secretaria Municipal de Educação e Cultura, onde o foco é a educação. Em Jandaíra, a pasta da cultura está atrelada a educação. Detectamos que o município não dispõe de ações desta secretaria no que diz respeito às políticas culturais relacionadas a cultura corporal.

O município de Rio Real dispõe de uma Secretaria Municipal de Educação onde engloba a cultura, esporte e lazer, porém sem projetos ou ações na área da política cultural voltada a cultura corporal.

### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos compreender então, que provavelmente existe uma grande lacuna nos municípios do Território 18 no que se refere às práticas corporais e que não há apoio suficiente para garantir essas políticas públicas no âmbito da cultura corporal.

Destacamos que a democratização da informação e o acesso a esta, faz parte não somente da promoção como também da transparência. Precisamos cobrar das gestões públicas que além de dialogar com a comunidade, divulguem as ações de forma clara e transparente, sempre produzindo um retorno a sociedade das suas demandas.

Sempre quando tratamos da temática política cultural, três tristes tradições se sobressaem da prática social: ausências, autoritarismo e instabilidades. Estas já foram apontadas por Rubim (2007) e pelo que constatamos, há uma ratificação destas tradições nos municípios.

## REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (orgs). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA. 2007. p 37 a 60. (Coleção Cult)

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV. 2009. 144p. (Coleção FGV de bolso, Série Sociedade & Cultura).

FEIJÓ, Martin César. **O que é Política Cultural?** São Paulo: Círculo do Livro. p 121 a 166. 1990. (Coleção Primeiros Passos)

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9.ed. São Paulo: Haucitec. 2008.